

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Educação, Ciência,  
Juventude e Desporto,  
Deputado Firmino Marques

**Assunto: Requerimento para audição do Senhor Ministro das Finanças sobre o atraso na homologação dos pareceres positivos na CAB CTES do PREVPAP**

O Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) devia ter servido, na prática, para regularizar situações de abuso da administração na utilização de trabalho precário. Neste âmbito do combate à precariedade no Ensino Superior e na Ciência, colocava-se sobre um conjunto de atores políticos um papel importante. Da Assembleia da República à letra da lei aprovada, da vontade do Governo e da ação dos dirigentes de cada uma das instituições do ensino superior, todos contavam para o sucesso do processo. A verdade é que, ao fim de cinco anos, sabemos que uma maioria substantiva dos requerimentos neste setor obtiveram parecer negativo ou não foram sequer analisados. Este juízo foi feito sobre critérios não fixados, que se alteraram consoante a vontade do Governo e dos responsáveis de cada instituição, ao sabor do que era ou não era conveniente em cada situação específica.

Agora que o processo do PREVPAP conheceu uma data final, é necessário, no mínimo, dar a dignidade conferida àqueles que, num processo turbulento, obtiveram parecer positivo. Essa dignidade na fase final do processo é a materialização do seu contrato de trabalho.

Por isso, não se compreende o atraso que o Ministério das Finanças insiste em empreender neste processo, não homologando 116 requerimentos na área do Ensino Superior e da Ciência. Os prejuízos causados a estes 116 requerentes são elevados, pois só após a homologação adquirem o direito, até que se efetive a regularização, à prorrogação dos contratos, ou ao retomar dos que tenham, entretanto, cessado.

O mais grave prende-se com o facto do Ministro das Finanças não estar, desde a sua publicação em 1 de julho, a cumprir a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) que lhe fixa o prazo de

5 dias úteis para decidir da homologação dos processos do PREVPAP (alínea e) do n.º 1 da RCM n.º 52/2020).

É da maior urgência o desbloqueio de um processo que, a não se concretizar, pesará sobre a vida concreta de mais de uma centena de trabalhadores do setor.

*Nesse sentido, ao abrigo do regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a presença do Senhor Ministro das Finanças na Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto.*

Assembleia da República, 13 de janeiro de 2021.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Luís Monteiro,

Joana Mortágua,

Alexandra Vieira.